

Comissão de
Trabalho



Relatório de Atividades

..... 2023



Comissão de
Trabalho



PUBLICAÇÃO DA COMISSÃO DE TRABALHO DA CÂMARA DOS DEPUTADOS

Revisão: Marcelo Augusto Coelho da Silva e Fredo Ebling Júnior

Projeto Gráfico e Editoração: Lanna Silveira

Redação: Lanna Silveira

Imagens: Canva e Câmara dos Deputados

MEMBROS DA SECRETARIA DA COMISSÃO DE TRABALHO DA CÂMARA DOS DEPUTADOS

André Luís Rodrigues Corrêa Pinto

Adiel Lopes dos Santos

Fredo Ebling Júnior

Honejohnny Pereira da Silva

Marcelo Augusto Coelho da Silva

Mariane Luiz Brandão de Melo - Estagiária

CONTATOS

Secretário-executivo: Marcelo Augusto Coelho da Silva

Local: Anexo II - Ala C - Sala T50

Telefones: (61) 3216-6818 - (61) 3216-6808

Índice

Palavra do Presidente	03
Composição	04
Projetos Apreciados	08
Audiências Públicas	15
Eventos Externos	20
Comparecimento de Ministro de Estado	21
Seminários	22
Outros Eventos	23

Palavra do Presidente

Em 2023, como presidente da Comissão de Trabalho da Câmara dos Deputados, tive a honra de liderar um ano de intensa atividade legislativa. Realizamos 94 reuniões, totalizando 175 horas de debates, durante as quais deliberamos 106 proposições. Dessas, 104 foram aprovadas e apenas 2 rejeitadas, refletindo o clima de diálogo e busca por convergência que estabelecemos no colegiado.

Entre as matérias fundamentais para o direito trabalhista brasileiro que aprovamos, destaco a equiparação dos agentes de vigilância sanitária aos agentes de combate a endemias e aos agentes comunitários de saúde, a licença maternidade para mulheres que trabalham em embarcações, e a redução do período aquisitivo de acesso ao seguro-desemprego para trabalhadores rurais em culturas sazonais. Essas deliberações representam avanços significativos na proteção e ampliação dos direitos dos trabalhadores brasileiros.

Além das atividades legislativas, representei a Comissão de Trabalho na 111ª Conferência Internacional do Trabalho (CIT) da Organização Internacional do Trabalho (OIT) em Genebra. Este evento é crucial para a definição de normas internacionais do trabalho e políticas gerais.

Durante a conferência, desempenhei um papel fundamental ao facilitar discussões e promover o diálogo entre representantes de diversos países e o Brasil. Tive o dever e a responsabilidade de facilitar as discussões, promovendo o diálogo entre os representantes dos países e o Brasil, trazendo assim consenso em relação às normas e às políticas propostas. O Brasil voltou ao diálogo com o mundo! Tivemos acordos produtivos, marcando a presença do país na melhoria das condições de trabalho em escala global.

Em uma iniciativa de aproximação com a realidade local, levamos as atividades da Comissão de Trabalho a diversos municípios do Pará. Em Santarém e Marabá, realizamos seminários para debater a regulamentação das relações de trabalho, promovendo a participação ativa das comunidades locais e ouvindo as demandas diretamente da população.

Por fim, acreditamos que nossa gestão à frente da Comissão de Trabalho da Câmara dos Deputados em 2023 foi marcada por um esforço contínuo de diálogo e consenso, tanto no âmbito nacional quanto internacional. Com um elevado índice de aprovação de proposições e uma presença ativa em fóruns internacionais, a Comissão reforçou seu compromisso com a melhoria das condições de trabalho e a proteção dos direitos trabalhistas no Brasil.

Airton Faleiro (PT/PA)



Presidente e Vice-Presidentes



AIRTON FALEIRO
(PT/PA)
Presidente



DUDA SALABERT
(PDT/MG)
1ª Vice-Presidente



**ALEXANDRE
LINDENMEYER**
(PT/RS)
2º Vice-Presidente



LUIZ CARLOS MOTTA
(PL/SP)
3º Vice-Presidente

Membros Titulares



AIRTON FALEIRO
(PT/PA)



**ALEXANDRE
LINDENMEYER**
(PT-RS)



ANY ORTIZ
(CIDADANIA-RS)



DANIEL ALMEIDA
(PCdoB-BA)



DUDA SALABERT
(PDT-MG)



**LEONARDO
MONTEIRO**
(PT-MG)



**LUIZ CARLOS
MOTTA**
(PL-SP)



LUIZ GASTÃO
(PSD-CE)



**PROF. PAULO
FERNANDO**
(REPUBLICANOS-DF)



ROGÉRIO CORREIA
(PT-MG)



**RONALDO
NOGUEIRA**
(REPUBLICANOS-RS)



**SIMONE
MARQUETTO**
(MDB-SP)



TÚLIO GADÊLHA
(PDT-PE)

Membros Suplentes



**AFONSO MOTTA
(PDT-RS)**



**ANDRÉ FIGUEIREDO
(PDT-CE)**



**AUGUSTO COUTINHO
(REPUBLICANOS-PE)**



**BOHN GASS
(PT-RS)**



**CARLA ZAMBELLI
(PL-SP)**



CARLOS VERAS (PT-PE)



CORONEL MEIRA (PL-PE)



**ÉRIKA KOKAY
(PT-DF)**



EVAIR VIEIRA DE MELO (PP-ES)



**FELIPE FRANCISCHINI
(UNIÃO-PR)**



**FERNANDA PESSOA
(UNIÃO-CE)**



**FERNANDO RODOLFO
(PL-PE)**



**FLÁVIA MORAIS
(PDT-GO)**



**GEOVANIA DE SÁ
(PSDB-SC)**



**MARCON
(PT-RS)**



**MARRECA FILHO
(PATRIOTA-MA)**

Membros Suplentes



**RAFAEL PRUDENTE
(MDB-DF)**



**REIMONT
(PT-RJ)**



**SANDERSON
(PL-RS)**



**VICENTINHO
(PT-SP)**



**VINÍCIUS CARVALHO
(REPUBLICANOS-SP)**



**MENDONÇA FILHO
(UNIÃO-PE)**

Projetos Apreciados

Número	Assunto	Relator
PL 3.608/2019	Altera a Lei nº 10.741, de 1º de outubro de 2003, para tornar obrigatória a afixação de placa em órgãos e entidades públicos e privados prestadores de serviços à população com aviso relativo a infrações e crimes contra o idoso.	Augusto Coutinho (REPUBLICANOS/PE)
PL 3.105/2019	Altera a Lei nº 13.146, de 06 de julho de 2015, Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência (Estatuto da Pessoa com Deficiência) para dispor sobre a ausência do empregado com deficiência em razão da quebra ou defeito de órteses, próteses ou de meios auxiliares de locomoção que inviabilizem o exercício da atividade.	Erika Kokay (PT/DF)
PL 3.161/2021	Dispõe sobre o exercício da profissão de detetive profissional, regulamenta a profissão, extingue a Lei Nº 3.099, de 24 de fevereiro de 1957 e o Decreto Nº 50.532, de 3 de Maio de 1961, que regem sobre o funcionamento de empresas de investigações, cria o Conselho Federal de Detetives da Ordem dos Detetives do Brasil e da outras providencias.	Luiz Carlos Motta (PL/SP)
PL 3.432/2021 (Apensado ao PL 3.161/2021)	Acrescenta dispositivos à Lei nº 13.432, de 11 de abril de 2017, que dispõe sobre o exercício da profissão de detetive particular.	Luiz Carlos Motta (PL/SP)
PL 2.645/2022	Dispõe sobre a criação e o exercício das profissões Treinador de Cães-guia e de Instrutor de Mobilidade com Cães-guia.	Erika Kokay (PT/DF)
PL 912/2019	Regulamenta a atividade de parteira tradicional.	Flávia Morais (PDT/GO)
PL 4.376/2021	Altera a Lei 6.259, de 30 de outubro de 1975, para determinar aos empregadores que comuniquem à autoridade sanitária local e a seus empregados a ocorrência, no grupo, de casos de doenças que podem implicar medidas de isolamento ou quarentena.	Daniel Almeida (PCdoB/BA)
PL 3.168/2021	Altera a Lei nº 7.998, de 11 de janeiro de 1990, para dispor sobre a concessão de seis parcelas do seguro-desemprego ao trabalhador resgatado do trabalho em condição análoga à de escravo ou do tráfico de pessoas.	Bohn Gass (PT/RS)
PL 4.067/2021	Altera o art. 605 da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-lei n.º 5.452, de 1º de maio de 1943, para alterar o prazo para a publicação do edital de cobrança da contribuição sindical e incluir a internet como veículo de publicação.	Luiz Gastão (PSD/CE)

Projetos Apreciados

Número	Assunto	Relator
PL 3.649/2020	Dispõe sobre o exercício da profissão de professor de artes marciais ou de esportes de combate.	Prof. Paulo Fernando (REPUBLICANOS/DF)
PL 4.968/2020	Altera a Consolidação das Leis do Trabalho (CLT), aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943, para determinar que as empresas disponibilizem a seus empregados informações sobre campanhas oficiais de vacinação, sobre o papilomavírus humano (HPV) e sobre os cânceres de mama, de colo do útero e de próstata.	Fernanda Pessoa (UNIÃO/CE)
PL 1.104/2021	Altera a Lei nº 12.467, de 26 de agosto de 2011, para incluir especialistas em cervejas, cachaças e outras bebidas, na regulamentação da profissão de Sommelier.	Evair Vieira de Melo (PROGRESSISTAS/ES)
PL 2.229/2022 (Apensado ao PL 1.104/2021)	Altera a Lei nº 12.467, de 26 de agosto de 2011, para reconhecer a atividade de sommelier de cervejas e de cachaças.	Evair Vieira de Melo (PROGRESSISTAS/ES)
PL 3.267/2021	Regulamenta o exercício das profissões de transcritor e de revisor de textos em braille.	Alexandre Lindenmeyer (PT/RS)
PL 1.242/2022	Altera a Lei nº 13.146, de 6 de julho de 2015, que institui a Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência (Estatuto da Pessoa com Deficiência), para estabelecer o direito a preferência na concessão de férias ao trabalhador com deficiência ou que tenha cônjuge, companheiro ou dependente com deficiência.	Rogério Correia (PT/MG)
PL 1.236/2019 (Apensado ao PL 1.242/22)	Altera o Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943 (Consolidação das Leis do Trabalho) para dispor sobre o gozo de férias de empregado que tenha pessoa com deficiência sob sua guarda ou tutela.	Rogério Correia (PT/MG)
PL 4.594/2020 (Apensado ao PL 1.242/22)	Dispões sobre a garantia assegurada aos pais ou responsáveis legais por pessoas com deficiência, de fazer coincidir seu período de férias com o período das férias escolares.	Rogério Correia (PT/MG)
PL 784/2022 (Apensado ao PL 1.242/22)	Altera a Consolidação das Leis do Trabalho (CLT) para dispor sobre o gozo de férias de empregado que tenha filho com deficiência.	Rogério Correia (PT/MG)

Projetos Apreciados

Número	Assunto	Relator
PL 3.115/2019	Acrescenta dispositivos à Consolidação das Leis do Trabalho - CLT, a fim de isentar as entidades beneficentes de assistência social do pagamento de custas processuais.	Flávia Morais (PDT/GO)
 PL 9.956/2018 (Apensado ao PL 1.040/2019)	Institui o Programa Reservistas em Ação por Cidadania, dispõe sobre o treinamento e aproveitamento profissional do Reservista Cidadão e dá providências correlatas.	Daniel Almeida (PCdoB/BA)
PL 2.336/2023	Dispõe sobre o exercício da atividade de condutor de ambulância da administração pública e iniciativa privada.	Luiz Carlos Motta (PL/SP)
PL 1.145/2011	Acrescenta o art. 392-B à Consolidação das Leis do Trabalho, para dispor sobre a licença maternidade das mulheres que trabalham em equipagens das embarcações de marinha mercante, de navegação fluvial e lacustre, de tráfego nos portos e de pesca.	Fernanda Pessoa (UNIÃO - CE)
PL 617/2019	Altera o art. 36 da Lei nº 5.194, de 24 de dezembro de 1966, para modificar a destinação de receitas arrecadas pelos Conselhos Regionais de Engenharia e Agronomia, e dá outras providências.	Evair Vieira de Melo (PROGRESSISTAS/ES)
PL 2.987/2019	Reconhece a ultrassonografia como especialidade médica.	Prof. Paulo Fernando (REPUBLICANOS/DF)
PL 4.114/2020	Dispõe sobre a Profissão de Técnico em Prevenção e Combate a Incêndios, e dá outras Providências.	Daniel Almeida (PCdoB/BA)
PL 726/2023	Altera a Lei nº 12.468, de 26 de agosto de 2011, para vedar a exigência de comprovante de conclusão de escolaridade como requisito para o exercício da profissão de taxista.	Alexandre Lindenmeyer (PT/RS)
PL 3.118/2004	Altera a Lei nº 7.998, de 11 de janeiro de 1990, que "Regula o Programa do Seguro-Desemprego, o Abono Salarial, institui o Fundo de Amparo ao Trabalhador - FAT, e dá outras providências.", a fim de reduzir o período aquisitivo de acesso ao seguro desemprego para os trabalhadores rurais ocupados em culturas sazonais.	Bohn Gass (PT/RS)

Projetos Apreciados

Número	Assunto	Relator
PL 5.332/2005 (Apensado ao PL 3.118/2004)	Acrescenta parágrafo ao art. 2º da Lei nº 8.900, de 30 de junho de 1994, para assegurar o pagamento do benefício do seguro-desemprego ao trabalhador rural, nas condições que especifica.	Bohn Gass (PT/RS)
PL 6.271/2005 (Apensado ao PL 3.118/2004)	Acrescenta dispositivo à Lei nº 7.998, de 11 de janeiro de 1990, para assegurar o benefício do seguro-desemprego ao safrista.	Bohn Gass (PT/RS)
PL 6.925/2006 (Apensado ao PL 3.118/2004)	Altera a Lei nº 8.900, de 30 de junho de 1994, que "dispõe sobre o benefício do seguro-desemprego, altera dispositivo da Lei nº 7.998, de 11 de janeiro de 1990, e dá outras providências".	Bohn Gass (PT/RS)
PL 7.479/2006 (Apensado ao PL 3.118/2004)	Dispõe sobre a obrigatoriedade de concessão de seguro-desemprego aos trabalhadores rurais em âmbito de contrato por tempo determinado.	Bohn Gass (PT/RS)
PL 2.990/2008 (Apensado ao PL 3.118/2004)	Inclui o art. 3º na Lei nº 8.900, de 30 de junho de 1994, assegurando o pagamento do seguro-desemprego ao trabalhador rural safrista.	Bohn Gass (PT/RS)
PL 5.207/2019	Altera a Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943, para dispor sobre as atividades dos profissionais Tecnólogos.	Flávia Morais (PDT/GO)
PL 6.465/2019	Dispõe sobre a obrigatoriedade de contratação de artistas locais na abertura dos shows, eventos musicais ou culturais financiados por recursos públicos.	Flávia Morais (PDT/GO)
PL 2.186/2022 (Apensado ao PL 6.465/2019)	Altera a Lei nº 14.399, de 8 de julho que 2022, que institui a Política Nacional Aldir Blanc de Fomento à Cultura, para tornar obrigatório o estabelecimento de políticas de valorização do artista local.	Flávia Morais (PDT/GO)
PL 2.962/2022 (Apensado ao PL 6.465/2019)	Altera a Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021, para dispor sobre a contratação de profissional do setor artístico.	Flávia Morais (PDT/GO)

Projetos Apreciados

Número	Assunto	Relator
PL 581/2019	Altera a Lei nº 10.101, de 19 de dezembro de 2000, para dar à participação dos trabalhadores nos lucros ou resultados das empresas o mesmo tratamento fiscal dado à distribuição de lucros ou dividendos aos sócios ou acionistas.	Luiz Carlos Motta (PL/SP)
PL 791/2019	Dispõe sobre a regulamentação da profissão de paleontólogo e dá outras providências.	Prof. Paulo Fernando (REPUBLICANOS/DF)
PL 3.032/2023	Altera a Lei nº 14.193, de 6 de agosto de 2021, para dispor sobre a responsabilidade da Sociedade Anônima de Futebol pelas obrigações do clube ou pessoa jurídica original que a tiver constituído.	Fernanda Pessoa (UNIÃO/CE)
PL 1.126/2021	Altera os artigos 1º, 2º, 4º e 9º-A e acrescenta o art. 3º-A na Lei 11.350/2006 para equiparar as atividades e definir piso salarial dos Agentes de Vigilância Sanitária, os Agentes Comunitários de Saúde e Agentes de Combate às Endemias.	Carlos Veras (PT/PE)
PL 4.383/2021	Dispõe sobre o Programa Nacional Jovem Aprendiz Musical, e dá outras providências.	Prof. Paulo Fernando (REPUBLICANOS/DF)
PL 1.563/2023 (Apensado ao PL 4.383/2021)	Cria Programa Nacional de Bolsa de Formação Musical.	Prof. Paulo Fernando (REPUBLICANOS/DF)
PL 4.814/2019	Dispõe sobre o exercício da profissão de Despachante Aduaneiro e de Ajudante de Despachante Aduaneiro e dá outras providências.	Evair Vieira de Melo (PROGRESSISTAS/ES)
PL 1.895/2022	Autoriza segurados especiais a exercerem atividade remunerada em período não superior a 180 (cento e oitenta) dias, corridos ou intercalados, no ano civil, na agropecuária ou no extrativismo vegetal, sem prejuízo do seu enquadramento nessa categoria de segurado da previdência social, e dá outras providências.	Fernanda Pessoa (UNIÃO/CE)
PL 5.094/2020	Inclui categorias entre as beneficiárias do seguro-desemprego durante o período do defeso.	Luiz Gastão (PSD/CE)

Projetos Apreciados

Número	Assunto	Relator
PL 3.030/2022	Acrescenta dispositivos à Lei nº 6.615, de 16 de dezembro de 1978, para dispor sobre a identidade profissional de Radialistas.	Prof. Paulo Fernando (REPUBLICANOS/DF)
PL 1.521/2023 (Apensado ao PL 3.030/2022)	Altera a Lei nº 6.615, de 16 de dezembro de 1978, para disciplinar a emissão da carteira profissional de Radialista.	Prof. Paulo Fernando (REPUBLICANOS/DF)
PL 4.816/2023	Dispõe sobre o exercício da profissão de Multimídia.	Flávia Morais (PDT/GO)
PL 4.977/2016	Altera a Lei nº 11.648, de 31 março de 2008, que dispõe sobre o reconhecimento formal das centrais sindicais para os fins que especifica, altera a Consolidação das Leis do Trabalho - CLT, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943, e dá outras providências.	Daniel Almeida (PCdoB/BA)
PL 5.150/2016	Trata da prestação de contas junto ao Tribunal de Contas da União de aplicação de recursos provenientes de contribuição sindical.	Daniel Almeida (PCdoB/BA)
PL 5.479/2016 (Apensado ao PL 4.977/2016)	Acrescenta artigo à Consolidação das Leis do Trabalho - CLT, aprovada pelo Decreto-lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943, a fim de garantir a transparência na utilização da contribuição sindical e prestação de contas das entidades sindicais ao Tribunal de Contas da União - TCU.	Daniel Almeida (PCdoB/BA)
PL 7.419/2017 (Apensado ao PL 4.977/2016)	Acrescenta o art. 593-A à Consolidação das Leis do Trabalho - CLT e altera a redação de dispositivos da Lei nº 12.527, de 18 de novembro de 2011, para determinar a obrigatoriedade de as entidades vinculadas ao sistema sindical prestarem contas e darem publicidade às informações relativas ao recebimento e aplicação dos recursos das contribuições de interesse das categorias econômicas e profissionais.	Daniel Almeida (PCdoB/BA)
PL 7.709/2017 (Apensado ao PL 4.977/2016)	Dispõe sobre a transparência de informações administrativas e orçamentárias no âmbito das entidades sindicais e dá outras providências.	Daniel Almeida (PCdoB/BA)

Projetos Apreciados

Número	Assunto	Relator
 PL 1.954/2019 (Apensado ao PL 4.977/2016)	Acrescenta artigo à Consolidação das Leis do Trabalho - CLT, a fim de assegurar a transparência na gestão das entidades sindicais.	Daniel Almeida (PCdoB/BA)
PL 893/2022 (Apensado ao PL 4.977/2016)	Inclui os arts. 551-A, 551-B e 551-C ao Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943 (Consolidação das Leis do Trabalho), obrigando que as entidades sindicais ou de associação profissional confirmam transparência a todos e quaisquer recursos públicos recebidos mediante convênio, acordo, ajuste ou outro instrumento.	Daniel Almeida (PCdoB/BA)
PL 474/2022	Altera os Decretos-Leis nº 9.403, de 25 de junho de 1946; 8.621, de 10 de janeiro de 1946; 9.853, de 13 de setembro de 1946 e a Lei nº 8.029, de 12 de abril de 1990, para dispor sobre a incidência das contribuições relativas ao fomento dos programas do chamado Sistema S.	Daniel Almeida (PCdoB/BA)
PL 1.040/2019 (Apensado ao PL 9.956/2018)	Altera a Lei nº 4.375, de 17 de agosto de 1964, que versa sobre o Serviço Militar, para dispor sobre o oferecimento de cursos profissionalizantes a jovens alistados no serviço militar.	Daniel Almeida (PCdoB/BA)



Clique no número do projeto para acessar a ficha de tramitação



Audiências Públicas

Zeca Ribeiro/Câmara dos Deputados



Impactos da Lei da Terceirização

A Audiência Pública da Comissão de Trabalho discutiu os impactos da Lei da Terceirização de 2017 nas relações trabalhistas. Presidida pelo deputado Bohn Gass (PT-RS), a reunião contou com a participação de representantes do Ministério do Trabalho, sindicatos, associações e órgãos de controle. O debate focou nas ampliações da terceirização, agora permitida inclusive nas atividades principais das empresas.

Vinicius Loures/Câmara dos Deputados



Regulamentação da profissão de Bombeiro Civil

Presidida pela deputada Erika Kokay (PT/DF), a audiência pública discutiu a necessidade de regulamentar a Lei Federal 11.901/2009 (regulamentação da profissão de bombeiro civil) e estabelecer o Conselho de Classe da Categoria. Participaram representantes do SINDBOMBEIROS/DF, CBMDF, universidades, ABNT, Defesa Civil, Frente Parlamentar Prevencionista, e MPT.

Vinicius Loures/Câmara dos Deputados



Combate ao trabalho infantil

Representantes do Executivo, Judiciário e da Sociedade Civil se reuniram em Audiência Pública na Comissão de Trabalho para discutir o trabalho infantil, atendendo ao requerimento do deputado Túlio Gadêlha (REDE-PE). No encontro, Patrícia Lima, presidente do Instituto Trabalho Decente (ITD), alertou sobre a falta de políticas públicas que levam crianças negras, pobres e periféricas a serem privadas de educação e outros direitos. A desembargadora Rosemarie Pimpão, do TRT-9, ressaltou que essas estatísticas são subestimadas. Gadêlha reforçou a importância do tema no Parlamento.

Audiências Públicas

Myke Sena/Câmara dos Deputados



Demissão em massa na Sarede, do Grupo Oi

Em 10 de agosto, a Comissão de Trabalho promoveu uma Audiência Pública solicitada pelo deputado Reimont (PT-SP), para debater as demissões em massa na Sarede, do Grupo Oi. O parlamentar presidiu os debates, enfatizando a necessidade de diálogo em um cenário polarizado. Nathalia Lobo, Diretora de Políticas Setoriais do Ministério das Comunicações, discutiu o compromisso do Ministério com a expansão da conectividade e inclusão digital. Representantes de sindicatos, federações, agências reguladoras e empresas do setor de telecomunicações participaram ativamente da audiência.

Bruno Spada/Câmara dos Deputados



Relações trabalhistas relacionadas à sociobioeconomia

Em 4 de setembro, a Comissão de Trabalho realizou Audiência Pública para debater as relações trabalhistas relacionadas à sociobioeconomia, solicitada pelo deputado Airton Faleiro (PT-PA). Presidido pelo deputado Alexandre Lindenmeyer (PT-RS), o evento contou com a presença do Ministro do Tribunal Superior do Trabalho, Alberto Bastos Balazeiro, que destacou que o conceito abrange aspectos sociais, econômicos e biológicos, enfatizando a importância dos trabalhos verdes para a sustentabilidade social e ambiental. Além do representante do TST, a reunião contou, também, com a presença de representantes da CUT, MTE, MPT, SUDAM, CONTAR, do Conselho Nacional das Populações Extrativistas e do ÓscioBio.

Audiências Públicas

Bruno Spada / Câmara dos Deputados



Anistia na Petrobras (PL 7.832/2014)

A Comissão de Trabalho realizou Audiência Pública em 18 de setembro presidida pelo Deputado Prof. Paulo Fernando (REPUBLICANOS-DF) para debater a Anistia na Petrobras (PL 7.832/2014). O evento discutiu os impactos do projeto, que visa conceder anistia a dirigentes sindicais e trabalhadores punidos por movimentos reivindicatórios. Participaram do evento representantes da Petrobras, OAB-DF, CUT/DF, Anpp Conreppv Nacional, FUP/APASPETRO-RN, FNP/SINDIPETRO-LP e FUP.

Vinicius Loures/Câmara dos Deputados



Estágio a partir dos 14 anos (PL 5/2015)

Em 21 de setembro, a Comissão de Trabalho realizou Audiência Pública para discutir o PL 5/2015, que propõe permitir estágio a alunos do ensino fundamental a partir dos 14 anos. Presidida pelo deputado Alexandre Lindenmeyer (PT-RS), a audiência contou com a participação de representantes do Ministério Público do Trabalho, Ministério do Trabalho e Emprego, UFPB e UFPE. A Procuradora Dra. Luísa Carvalho Rodrigues destacou a importância do estágio na luta contra o trabalho infantil.

Vinicius Loures/Câmara dos Deputados



Crime de demissão por motivo ideológico

A Comissão de Trabalho realizou Audiência Pública para discutir o PL 494/2019, que propõe criminalizar a demissão por motivo ideológico e atribuir à justiça trabalhista competência para julgar tais crimes. Presidida pelo deputado Prof. Paulo Fernando (REPUBLIC-DF), o evento ocorreu em 28 de setembro e contou com a participação do Ministro do TST, Cláudio Brandão, além de representantes da AJUFE, UNECS, ABRAT, SINAIT, ANAMATRA e MPT. Brandão destacou que o trabalho humano merece uma tutela especial, pois representa a projeção da vida e da pessoa que o realiza, ressaltando o valor humano do trabalho na sociedade contemporânea.

Audiências Públicas

Will Shutter / Câmara dos Deputados



Fim do Saque Aniversário do FGTS

O fim do Saque Aniversário do FGTS foi tema de Audiência Pública realizada pela Comissão de Trabalho. O evento, que ocorreu em 3 de outubro e foi presidido pelo deputado Luiz Gastão (PSD-CE), contou com a participação de Carlos Augusto Simões Gonçalves, Secretário de Proteção ao Trabalhador do MTE, que defendeu a reconsideração do fim do Saque Aniversário, destacando que sua continuidade pode prejudicar a aquisição de imóveis pelos trabalhadores. A deputada Érika Kokay (PT-DF) parabenizou o Ministério do Trabalho pela redução do desemprego e ressaltou a importância do FGTS para o desenvolvimento urbano e a aquisição de habitação. Também participaram os deputados Capitão Alberto Neto (PL-AM) e Leonardo Monteiro (PT-MG), além de representantes de diversas entidades, como o Instituto do FGTS, ANPEPC, CBIC, CUT e FEBRABAN.

Vinicius Loures/Câmara dos Deputados



Regulamentação da Atividade dos Trabalhadores por Aplicativos

Em audiência pública, realizada no dia 4 de outubro, a Comissão de Trabalho debateu a Regulamentação da Atividade dos Trabalhadores por Aplicativo. Atendendo aos requerimentos dos deputados Vicentinho (PT-SP), Túlio Gadêlha (REDE-PE), Flávia Morais (PDT-GO), Erika Kokay (PT-DF) e Alexandre Lindenmeyer (PT-RS), o evento contou com a presença de diversas autoridades. Renan Kalil, Procurador do Ministério Público do Trabalho, destacou a falta de flexibilidade real na atividade. Francisco Macena, Secretário-Executivo do Ministério do Trabalho e Emprego, confirmou a determinação do Governo em regulamentar a profissão. Participaram também do evento o Vice-Presidente da Anamatra, representantes da ABRAMOB, FENAMAPP, Fórum de Pesquisadores do Trabalho Controlado por Plataformas Digitais e CUT.

Audiências Públicas

Bruno Spada / Câmara dos Deputados



Importância dos Conselhos Regionais e Federal de Química

A Comissão do Trabalho realizou em 19 de outubro Audiência Pública sobre a Importância dos Conselhos CRQ / CFQs, presidida pela deputada Erika Kokay (PT-DF). José de Ribamar Oliveira Filho, presidente do Conselho Federal de Química, enfatizou a relevância do setor e defendeu a transição para o hidrogênio sustentável. Marcelo Pimentel, da ABIQUIM, destacou a contribuição significativa do setor químico para o emprego e o PIB industrial. Participaram também do evento o deputado Eduardo Velloso (UNIÃO-AC) e os representantes de diversos Conselhos e Associações ligadas à química.

Carolina Souza / Câmara dos Deputados



Aposentadoria especial aos segurados do Regime Geral da Previdência Social (PLP 42/2023)

Presidida pela deputada Geovânia de Sá (PSDB-SC), a audiência, realizada em 25 de outubro, contou com especialistas e público engajado no assunto. Diego Monteiro Cherulli, do Instituto Brasileiro do Direito Previdenciário, alertou para os riscos à saúde dos trabalhadores expostos a radiações, destacando a necessidade de regulamentação para evitar judicializações em massa. Participaram também as deputadas Ana Paula Lima (PT-SC) e Erika Kokay (PT-DF), além de representantes de diversas entidades sindicais e industriais.

Bruno Spada / Câmara dos Deputados



Condições de trabalho na mineração brasileira

Em Audiência Pública conjunta com a Comissão de Minas e Energia, foram debatidas as "Condições de Trabalho na Mineração Brasileira". O debate focou na precariedade do trabalho e nos impactos das novas leis trabalhistas e previdenciárias. Especialistas alertaram para os altos riscos enfrentados pelos trabalhadores, com taxas de fatalidade significativamente elevadas. A reunião contou com representantes sindicais e do Ministério Público do Trabalho.

Eventos Externos

Maria Eduarda Reis / Câmara Municipal do RJ



Políticas de combate ao trabalho análogo à escravidão

A Subcomissão Permanente que trata de “Casos de Trabalho Análogo à Escravidão no Brasil”, debateu as Políticas relacionadas ao tema em evento realizado, em 6 de outubro, no Rio de Janeiro, o qual foi comandado pelo deputado Reimont (PT-RJ). Cláudio Secchin, auditor fiscal do MTE, destacou o aumento das denúncias e ações contra empresas em 2023. Thiago Gurjão, procurador do MPT, falou sobre os desafios, incluindo a revitimização. Aline Mancini, procuradora do MPF, ressaltou a ofensa à dignidade humana. Participaram também os vereadores Edson Santos (PT-RJ) e Monica Cunha (PSOL-RJ), a deputada Marina Santos (PT-RJ), e representantes de várias entidades de defesa dos trabalhadores.

Assessoria / CTRAB



Regulamentação das relações de trabalho

A Comissão de Trabalho debateu em Santarém (Pará), no dia 20 de outubro, a regulamentação das relações de trabalho, focando em temas como exploração laboral, salários baixos, condições precárias e trabalho análogo à escravidão. Presidido pelo deputado Airton Faleiro (PT-PA), o evento visou fortalecer a democracia e aprimorar as normas trabalhistas, com destaque para o papel das novas tecnologias na proteção dos direitos dos trabalhadores. Participaram autoridades como o Superintendente Regional do Trabalho, representantes do Ministério Público, da CUT, e líderes sindicais locais.

Transmissão / Câmara dos Deputados



Assédio moral no ambiente de trabalho

Em evento no Rio de Janeiro em 27 de novembro, foi discutido o assédio moral no ambiente de trabalho. O deputado Reimont (PT-RJ), solicitante da reunião, destacou a gravidade das práticas que visam desestabilizar emocional e profissionalmente os trabalhadores, afetando sua dignidade e integridade. Fernanda Barbosa Diniz, Procuradora do Ministério Público do Trabalho, compartilhou exemplos alarmantes de casos de assédio, enfatizando a necessidade urgente de medidas para proteger os direitos dos trabalhadores.

Comparecimento de Ministro de Estado

Vinicius Loures / Câmara dos Deputados



**O Ministro do Trabalho e Emprego,
Luiz Marinho, em 12 de abril,
compareceu à Comissão para
apresentar os planos e metas de
trabalho da pasta para o ano de 2023.**

Seminários

Mário Agra / Câmara dos Deputados



III Seminário Trabalhista realizado pela CTRAB trata de soluções para o setor de Transportes Rodoviário de Cargas

A Comissão de Trabalho e a Comissão de Viação e Transportes realizaram, em 24 de outubro, o III Seminário sobre Transporte Rodoviário de Cargas. Presidido pelo Deputado Airton Faleiro (PT-PA), o evento abordou soluções para o setor, reforma sindical e economia e contou com a presença de Desembargadores do Tribunal Regional do Trabalho da 2ª Região, do Ministério do Trabalho e de Confederações de Transporte. No 2º painel do evento, a juíza Thereza Nahas destacou a ausência de liberdade sindical no país.

Mário Agra / Câmara dos Deputados



Seminário da CTRAB debate combate ao trabalho escravo no Brasil

O Seminário "Debater as Políticas de Combate ao Trabalho Análogo à Escravidão no Brasil" foi presidido pelo deputado Bohn Gass (PT-RS). André Esposito Roston, do Ministério do Trabalho e Emprego, destacou a atuação conjunta de órgãos como MTE, MPF, DPU, PF e PRF, e a importância das denúncias da sociedade civil. Desde 1995, mais de 63 mil pessoas foram resgatadas. O Professor Ricardo Rezende, da UFRJ, apontou a falta de punição adequada a pessoas físicas e jurídicas e a vulnerabilidade de trabalhadores, majoritariamente negros, de baixa renda e do sexo masculino. Presentes no evento estavam os deputados Reimont (PT-RJ), Rogério Correia (PT-MG), Túlio Gadêlha (REDE-PE), e representantes de diversas organizações e instituições.

Outros Eventos



Assessoria CTRAB

Visita Técnica ao Sistema Metroviário de Pernambuco

Representando a Comissão, o deputado Túlio Gadêlha, acompanhado pelo senador Humberto Costa, realizou uma visita técnica ao Sistema Metroviário de Recife/PE. No mesmo dia, foi realizado debate público no Auditório da Universidade Católica de Pernambuco, reunindo diversas autoridades e representações sindicais para discutir melhorias no transporte metroviário da cidade.

Debate Público no IFRJ

Atendendo ao requerimento do deputado Reimont, a Comissão realizou debate no Instituto Federal do Rio de Janeiro (Campus RJ) sobre o impacto do novo Ensino Médio nos trabalhadores da educação do Estado do Rio de Janeiro.



Assessoria CTRAB